

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 29 DE NOVEMBRO

LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho

Presenças

Grupo PS	Silvino José da Silva Lúcio - Presidente António José Mateus de Matos Ana Margarida Coelho Gaspar Coelho
Grupo PSD	Rui Pedro Figueiredo Corça José Paulo de Carvalho Pereira
Grupo CDU	Mara Lúcia Almeida de Oliveira
Grupo Chega	Maria Inês da Graça Louro



Hora de início: 18:05 horas

As intervenções poderão ser ouvidas na íntegra através do link: <https://youtu.be/eS7A24GTVZA>

ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE E VEREADORES

O Sr. Presidente deu início à reunião fazendo uma breve explanação do documento - Orçamento e Grandes Opções do Plano. Menciona que o mesmo foi elaborado num contexto de crise, nomeadamente, com a guerra na Ucrânia, o aumento dos combustíveis e da energia, aumento da inflação e taxas de juros, tendo sido encontradas inúmeras dificuldades na sua estruturação, considerando que de início ocorria uma diferença na ordem dos 10 milhões de euros, e houve a necessidade de encontrar o equilíbrio entre a receita e a despesa. As receitas correntes orçam em 21.319.666 euros e têm um peso 85,6% no orçamento e as de capital e outras têm um valor de 3.523.324 euros, pelo que as receitas efetivas são de 24.842.990 euros e a receita não efetiva de 10, no total de 24.843.000 euros.

Prevê-se para a despesa corrente o valor de 18.322.551 euros, a que corresponde a 73,8% no orçamento, e para a de capital 4.880.117 euros, a que corresponde 19,6%, portanto as despesas efetivas são de 23.202.668 milhões de euros, que totaliza 93,4% e a não efetiva que soma 1.640 milhões de euros - reembolso dos empréstimos – e que perfaz um total de 24.843.000 euros.

A nível das várias rubricas, destacou a do pessoal, com um peso de 36,9%; a de bens e serviços 166.324 mil de euros; a das outras despesas 9.990 mil euros. Para o PAM prevê-se o valor de 8.883.520 euros e para o PPI 4.880.117 euros. Já as operações financeiras orçam em 1.727.584 euros, sendo que o valor da dívida bancária, no final de 2023, rodará os 2.850 mil euros.

Entrando no sector da despesa efetuada com a educação – pessoal afeto à educação e pessoal a prestar serviços nos agrupamentos - a despesa orça em 2.557.498 euros, sendo que o valor ressarcido da DREL é de 1.634 mil euros, pelo que existe uma diferença de 923.900 euros assumidos diretamente pelo Município.

A nível do PPI e PAM as despesas definidas são na educação 20,3%, na modernização e reorganização dos serviços 20,3%, (eletricidade, combustíveis e água, licenciamentos de informática, etc.), ambiente e saneamento 12,1% (RSU), urbanismo e habitação 9,4% (inclui a Estratégia Local de Habitação). Por fim entramos no campo das grandes decisões – a Escola Secundária de Azambuja – que é uma grande decisão que temos de tomar e aguardamos financiamento total da obra por parte do Governo.

Na rubrica das freguesias houve um acréscimo de 5% que foi o nosso compromisso e estamos a negociar a revisão dos contratos que orçará entre 7,5% a 10% de aumento para as freguesias.

Menciona que tanto na área da saúde como da intervenção social, haverá uma atenção muito especial, pois o que se avizinha para o ano de 2023, não é nada de bom



como os Srs. Vereadores devem ter conhecimento, ainda agora o Sr. Presidente da República fez afirmações muito objetivas em relação a esta matéria. No capítulo das obras mais significativas pontuam a reabilitação do edifício da Divisão de Urbanismo, o Espaço do Cidadão, os asfaltamentos, o talude dos Casais do Farol, a Rua Eng^o Moniz da Maia e Rua Vitor Cordon de Azambuja entre outras.

Por fim, explica que temos uma capacidade de endividamento na ordem dos 25 milhões, e que se pretende aplicar uma parte desta capacidade de investimento nos asfaltamentos e na construção dos cemitérios. Continuamos com prazo médio de pagamento de 0 dias.

De seguida o Sr. Vereador José Paulo tomou a palavra lendo uma declaração escrita, que se transcreve: *"Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores,*

Estamos a participar numa sessão formal do executivo da nossa autarquia e essa formalidade implica uma tomada de posição em relação aos assuntos que estão inscritos na ordem de trabalhos. Hoje, isso implica tomarmos uma posição sobre os documentos estruturantes da vida do nosso município para o ano de 2023: o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Tomar uma posição implica desde logo tomar conhecimento, mas, principalmente, aprofundar, para poder comparar, discutir, trocar ideias e, finalmente, em consciência, poder decidir. E, Senhor Presidente, se há uma prática nos Vereadores do PSD, atrevo-me a dizer, em todos os Vereadores sem pelouro neste executivo, é a de terem uma opinião formada sobre todos os assuntos, fruto da sua análise, discussão e tomada de posição, enriquecendo, deste modo, o exercício democrático da diversidade de opiniões, em que se baseia o conceito de democracia.

A realidade é esta: com a antecipação com que nos foram dados a conhecer os documentos que hoje devemos discutir, apenas pudemos tomar conhecimento e, no limite, ler, como se diz comumente, "na diagonal".

Senhor Presidente, gostava de lhe propor, a si e às Senhoras e Senhores Vereadores com pelouro, um exercício de empatia: ponham-se no nosso lugar, "vistam o nosso fato". Somos Vereadores eleitos, com a legitimidade de cada um de vós. Temos atividade profissional, fora da atividade política, competindo-nos, com brio, desempenhar essas funções como melhor pudermos e soubermos.

No entanto, como eleito, representantes de quem nos elegeram, temos o dever de participar ativamente na vida do município, com os nossos contributos, sugestões e críticas. Mas não há deveres sem direitos. E o nosso direito de participarmos ativamente em tudo o que diz respeito ao governo da autarquia depende do cumprimento da lei, e depende também da compreensão e bom senso dos nossos parceiros de executivo.

Quando os prazos são esticados até aos mínimos, caminha-se para uma democracia de fachada, em que em vez de participação se promove o formalismo, em vez de discussão se promove o monólogo, numa verdadeira negação da palavra re-união, que deveria ser o que a palavra sugere: unirmo-nos sempre de novo, para além das nossas saudáveis divergências, no bem comum que nos une a todos, na defesa dos nossos municípios.

Deste modo, os vereadores do PSD votarão contra, não pela análise profunda dos documentos em discussão, que nos foi negada, mas pelo direito à indignação que todo este processo nos merece."

Interveio a Sra. Vereadora Inês Louro que alertou para o facto de, contrariamente ao afirmado na pag. 9 do documento, não se realizaram quaisquer reuniões de trabalho com todas as forças políticas presentes no executivo no sentido de participarem na elaboração do orçamento, pelo que solicita a correção do texto ou a transcrição, em ata do protesto.

Continuando, criticou as opções plasmadas na introdução do documento, em matéria de educação (diminuição do número de alunos), ambiente (problema do lançamento do concurso dos RSU, instalação de painéis fotovoltaicos e da estratégia face à Triaza), saúde (que, no concelho se encontra num estado caótico), proteção civil (falta de equipamentos básicos para os Bombeiros de Azambuja), Cultura e Turismo (Património a degradar-se), Desporto (muitas atividades, mas "viradas para dentro"). A Sra. Vereadora exortou a que se fizesse uma reflexão sobre estes assuntos no sentido de implementar as necessárias melhorias. Quanto a questões objetivas criticou os valores dos acréscimos apresentados para as transferências para as Freguesias, que considerou reduzidos, questionando para quando os aumentos, tendo o Sr. Presidente respondido estarem previstos para fevereiro.

Solicita informação relativa ao montante gasto com despesas pessoal avençado tendo o Sr. Presidente informado que esses dados lhe seriam fornecidos posteriormente. Pediu identificação do promotor com quem a Câmara se encontra a negociar a construção da variante de Aveiras de Cima (informação que o Sr. Presidente disse que iria saber); alertou para o facto de não estar incluída, no capítulo da Modernização administrativa, a Norma ISO37001. Perguntou em que locais serão feitas intervenções ao nível de saneamento (o Sr. Presidente informou que seriam, principalmente, em Aveiras de Cima, Vale do Paraíso e Manique do Intendente). Pediu distinção entre os espaços verdes geridos pela Câmara, pelas Juntas de Freguesia e que foram objeto de contratualização (o Sr. Presidente explicou a distinção). Perguntou com que entidades se está a pensar constituir protocolos no quadro da Saúde tendo a Sra. Vereadora Ana Coelho explicado que o objetivo passa por

trazer médicos de família e de intensificar colaboração em valências específicas. Por fim, inquiriu o que se pretende com o projeto “Azambuja Capital da Logística”, tendo o Sr. Presidente esclarecido que foram já realizadas algumas reuniões tendo ficado assente a apresentação de um estudo a entregar à Associação Nacional da Logística Nacional de forma a dar outra visibilidade ao concelho.

O Sr. Vereador Rui Corça apresentou um PONTO DE ORDEM relativamente à condução dos trabalhos dado que o Sr. Presidente interrompe os Vereadores sem pelouros o que não acontece com os outros.

Tomou a palavra o Sr. Vice-presidente que chamou a atenção para a nota introdutória do documento em que se afirma que este não é o orçamento desejado, mas o possível. Relativamente à Educação é de assinalar o esforço que a Câmara faz nesse domínio. É notório o investimento feito no Desporto - nas piscinas há uma frequência de mais de 700 pessoas, entre outros. Os timings em que os documentos são dados são os possíveis e a lei é sempre cumprida.

O Sr. Vereador Rui Corça perguntou em que contexto de incerteza é que o orçamento foi construído, com que problemas.

O Sr. Presidente respondeu ter sido confrontado com o contexto de guerra e com os problemas daí decorrentes com os aumentos de preços. Depois das reuniões com os serviços houve uma diferença entre as necessidades apresentadas e os recursos financeiros de 10 milhões de euros.

O Sr. Vereador Rui Corça assinalou que, na introdução aparecem objetivos que não têm compatibilização nos recursos financeiros atribuídos. O que se pensa fazer ao nível da intervenção urbana e Habitação – respondeu o Sr. Presidente que o peso principal irá para o recurso a financiamento ao nível da Estratégia Local de Habitação.

O Sr. Vereador Rui Corça considerou não existir uma verdadeira estratégia de planeamento tendo o Sr. Presidente considerado que, por falta de tempo, o Sr. Vereador não terá lido todo o documento pelo que não tem conhecimento objetivo das ações.

O Sr. Vereador Rui Corça criticou o facto de não se vislumbrarem pavimentações, construção de cemitérios, intervenções em edifícios de serviços entre outros. Indaga os valores a transferir para as freguesias dado o valor da inflação.

O Sr. Presidente responde que, como referido se estão a desenvolver contactos com as Juntas.

Reportando-se ao capítulo Modernização e Reorganização dos Serviços pergunta as ações incluídas, sendo esclarecido que inclui as obras no edifício da antiga DU, energia, combustíveis, licenciamentos software, entre outros.

O Sr. Vereador solicitou esclarecimento sobre o que se pretende com a criação da entidade gestora da AAE de Vila Nova da Rainha /Azambuja e se está prevista intervenção, em Azambuja, ao nível do saneamento, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente.

Para finalizar, o Sr. Vereador criticou o elevado valor das verbas “a definir” o que reflete a fraca qualidade de planeamento e capacidade de execução.

O Sr. Vereador José Paulo relê o último parágrafo da sua intervenção “*Deste modo, os vereadores do PSD votarão contra, não pela análise profunda dos documentos em discussão, que nos foi negada, mas pelo direito à indignação que todo este processo nos merece.*” declarou que não teve, de facto, tempo para ler o documento e criticou o argumento, muitas vezes utilizado, de estarmos perante as escolhas políticas da população.

ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

1 – Proposta N.º 105/P/2022 – Orçamento e Grandes Opções do Plano

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando as competências da Câmara Municipal no âmbito da elaboração dos documentos previsionais, conforme alínea c) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Proponho que a Câmara delibere:

- 1. aprovar a proposta de Orçamento (e Plano Orçamental Plurianual) e das Grandes Opções do Plano (que incluem o Plano de Atividades Municipais e o Plano Plurianual de Investimentos) para o período 2023/2027;*
- 2. que os documentos sejam submetidos à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º da lei acima referida.”*

Uma vez posta a votação a **Proposta N.º 105/P/2022 foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor (PS e CDU) e com três votos contra (PSD e Chega) - votos de vencidos.**



O PSD e o Chega apresentaram **declaração de voto**.

O PSD apresentou a **declaração voto**, que se transcreve: *“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores,*

Estamos a participar numa sessão formal do executivo da nossa autarquia e essa formalidade implica uma tomada de posição em relação aos assuntos que estão inscritos na ordem de trabalhos. Hoje, isso implica tomarmos uma posição sobre os documentos estruturantes da vida do nosso município para o ano de 2023: o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Tomar uma posição implica desde logo tomar conhecimento, mas, principalmente, aprofundar, para poder comparar, discutir, trocar ideias e, finalmente, em consciência, poder decidir. E, Senhor Presidente, se há uma prática nos Vereadores do PSD, atrevo-me a dizer, em todos os Vereadores sem pelouro neste executivo, é a de terem uma opinião formada sobre todos os assuntos, fruto da sua análise, discussão e tomada de posição, enriquecendo, deste modo, o exercício democrático da diversidade de opiniões, em que se baseia o conceito de democracia.

A realidade é esta: com a antecipação com que nos foram dados a conhecer os documentos que hoje devemos discutir, apenas pudemos tomar conhecimento e, no limite, ler, como se diz comumente, “na diagonal”.

Senhor Presidente, gostava de lhe propor, a si e às Senhoras e Senhores Vereadores com pelouro, um exercício de empatia: ponham-se no nosso lugar, “vistam o nosso fato”. Somos Vereadores eleitos, com a legitimidade de cada um de vós. Temos atividade profissional, fora da atividade política, competindo-nos, com brio, desempenhar essas funções como melhor pudermos e soubermos.

No entanto, como eleito, representantes de quem nos elegeram, temos o dever de participar ativamente na vida do município, com os nossos contributos, sugestões e críticas. Mas não há deveres sem direitos. E o nosso direito de participarmos ativamente em tudo o que diz respeito ao governo da autarquia depende do cumprimento da lei, e depende também da compreensão e bom senso dos nossos parceiros de executivo.

Quando os prazos são esticados até aos mínimos, caminha-se para uma democracia de fachada, em que em vez de participação se promove o formalismo, em vez de discussão se promove o monólogo, numa verdadeira negação da palavra re-união, que deveria ser o que a palavra sugere: unirmo-nos sempre de novo, para além das nossas saudáveis divergências, no bem comum que nos une a todos, na defesa dos nossos municípios.

Deste modo, os vereadores do PSD votarão contra, não pela análise profunda dos documentos em discussão, que nos foi negada, mas pelo direito à indignação que todo este processo nos merece.”

O Chega apresentou a **declaração de voto**, que se transcreve: *“É um orçamento que não defende as pessoas, não estabelece qualquer enriquecimento para o concelho, nem tem nada de inovador ou estratégico”*

2 – PROPOSTA N.º 106/P/2022 – Autorização Genérica para a Assunção de Compromissos Plurianuais no Âmbito da Apresentação de Proposta de Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

“Considerando que:

- o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (procedimentos de aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso [LCPA]), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, prevê que, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP);

- as Grandes Opções do Plano vão ser apreciadas e votadas em sessão da Assembleia Municipal;

- a assunção, ao longo do ano económico, de compromissos plurianuais obrigaria a realização de um elevado número de sessões da Assembleia Municipal para o cumprimento do artigo 6.º da LCPA, prejudicando os prazos de realização de muitas atividades e projetos e atrasando a concretização das GOP.

Proponho solicitar à Assembleia Municipal que:

1 - ao abrigo do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, delibere conceder autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2023-2027 (Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos), bem como a sua reprogramação desde que não implique aumento global de despesa;

2 – relativamente aos compromissos plurianuais não previstos no ponto anterior, delegue no Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da LCPA, a competência para autorização de compromissos plurianuais nas

situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

Nota: em todas as reuniões/sessões ordinárias dos órgãos municipais será presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica que ora se propõe.”

Uma vez posta a votação a **Proposta Nº 106/P/2022 foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor (PS e CDU) e com três votos contra (PSD e Chega) - votos de vencidos.**

O Sr. Presidente deu a palavra à Sra. Vereadora Inês Louro que apresentou um PONTO DE ORDEM, dizendo que é com regularidade que o Sr. Presidente se compromete em facultar documentos, gabinete, apoio administrativo, entre outros, e se desculpa com lapsos de memória. Também protesta da forma desagradável como o Sr. Presidente, se dirige muitas vezes à sua pessoa, permitindo que a ofendam nas reuniões do executivo, pelo que convém lembrá-lo que foi e está eleita na qualidade de Vereadora.

ENCERRAMENTO

Eram vinte horas e quarenta e cinco minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.

Endereço eletrónico para a visualização na íntegra da presente reunião: <https://youtu.be/eS7A24GTVZA>

